

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**A EXPANSÃO ECONÔMICA E COMERCIAL DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE
DO NORTE EM MEADOS DO SÉCULO XIX**

MABELLE CONCEIÇÃO COSTA CABRAL

**NATAL/RN
2003.2**



COCLA - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos
e de Documentos - NEHAD
MABELLE CONCEIÇÃO COSTA CABRAL



**EXPANSÃO ECONÔMICA E COMERCIAL DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE
DO NORTE EM MEADOS DO SÉCULO XIX**

**Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, ministrada
pela Profª. Denise Mattos Monteiro,
do Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, sob a orientação da Profª.
Denise Mattos Monteiro.**

**Natal/RN
2003.2**

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização deste objetivo. Aos meus pais, pela compreensão e incentivo dados no decorrer de todo o curso de graduação e em particular, no período de realização deste trabalho. À professora Aurinete Girão pelo auxílio prestado na normatização do trabalho. E especialmente a professora Denise Monteiro, pela orientação dedicada que foi essencial para o êxito desta monografia.

1. MUDANÇAS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A EUROPA A PARTIR DE 1870 00

2. A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE, DE FINS DO SÉCULO XIX À DÉCADA DE 1870 15

3. A EXPANSÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO NORTE EM MEADOS DO SÉCULO XIX 25

4. CONCLUSÃO 35

5. FONTES E BIBLIOGRAFIA 38

6. Fontes 38

7. Bibliografia 38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	04
2 MUDANÇAS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A EUROPA A PARTIR DE 1808.....	06
3 A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE, DE FINS DO SÉCULO XIX À DÉCADA DE 1870.....	15
4 A EXPANSÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO NORTE EM MEADOS DO SÉCULO XIX.....	25
5 CONCLUSÃO.....	36
6 FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	38
6.1 Fontes.....	38
6.2 Bibliografia.....	38

1 Introdução

A expansão econômica no Rio Grande do Norte nos anos de 1850 e 1860 será o eixo central do presente trabalho. Este recorte temporal correspondeu ao período de maior prosperidade na economia da província durante o século XIX, alicerçado no grande aumento da produção agrícola e no conseqüente desenvolvimento comercial da Província.

Este período da economia norte-riograndense já foi estudado por alguns historiadores locais.

A historiografia clássica do Rio Grande do Norte dedicou ao período poucas páginas, como fizeram Tavares de Lira e Rocha Pombo em suas “Histórias do Rio Grande do Norte”. Nessas obras, enfocam de modo breve este período da economia norte-riograndense, uma vez que apresentam especialmente, os números do crescimento da produção agrícola e sua relação com a expansão comercial da província nesse período. Não se verifica nessas obras ^{ANÇUMA} nenhuma preocupação em articular esse crescimento e expansão a um contexto maior, caracterizado pelas mudanças ocorridas nas relações comerciais do Brasil, sobretudo com o mercado europeu. Câmara Cascudo ao escrever sua “Historia do Rio Grande do Norte”, alguns anos depois, seguiu os mesmos passos de seus antecessores.

Podemos encontrar outros trabalhos que tratam da economia do Rio Grande do Norte no período em estudo, como monografias de graduação do curso de Historia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Entretanto, nos últimos sete anos, estes trabalhos têm abordado o período, privilegiando apenas um aspecto, seja, o crescimento agrícola, seja o desenvolvimento comercial da província.

Como exemplos desses trabalhos, podemos citar a monografia de José Edson da Silva, apresentada em 2001, o desenvolvimento comercial, centrando-se o estudo na importante casa comercial, de Guarapes. Já Alessandra Michelle Andrade, em seu trabalho elaborado em 2002, ao falar deste período, privilegiou o crescimento da agricultura, em especial o desenvolvimento da cotonicultura norte-riograndense, nos anos de 1860. Dessa forma, nos parece que, embora tenham trazido contribuições importantes, não abordaram mais profundamente a forte interação entre agricultura e comércio.

Assim, o presente trabalho pretende contribuir para o conhecimento histórico relativo às importantes décadas de 1850-60 no Rio Grande do Norte, levando em

consideração a forte interação entre o desenvolvimento agrícola e o crescimento comercial da província, tendo como referência às transformações ocorridas na inserção do Brasil nas correntes do comércio internacional.

Tendo isso em vista, foram de grande importância na construção de nossa monografia obras como, "História econômica do Brasil", de Caio Prado Júnior, e o "Panorama do Segundo Império", de Nelson Werneck Sodré, fundamentais para a compreensão das mudanças nas relações comerciais do Brasil no século XIX.

Para compreensão da economia, a nível regional, foram importantes os trabalhos de Manuel Correia de Andrade – "O homem e a terra no Nordeste" –, o de Evaldo Cabral de Melo – "O Norte agrário e o Império" – e o de Rosa Maria Godoy Silveira – "O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional no Brasil" –, entre outros. A nível local, podemos citar "Introdução à história do Rio Grande do Norte", de Denise Mattos Monteiro, que ao analisar a evolução econômica da capitania, província, estado enfoca o período em estudo, abordando os fatores internos e externos aí presentes.

A consulta de fontes primárias foi crucial para a realização do nosso trabalho. Referimo-nos à coleção das *Falas e Relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte*, relativas ao período compreendido entre 1845 e 1872. A importância dessa fonte reside no fato de que os Relatórios e Falas contêm informações muito ricas sobre o comércio, a agricultura, a indústria, as receitas provinciais e os melhoramentos materiais em geral. A análise cuidadosa destas informações foi fundamental para o trabalho pois, pudemos fazer comparações entre diferentes períodos, ou seja, as décadas de 1850-60, período do grande crescimento econômico, e os anos imediatamente anteriores e posteriores a expansão.

O nosso trabalho foi dividido em três partes. A primeira parte enfoca a evolução das relações comerciais brasileiras, a partir de 1808 e no decorrer do século XIX. A segunda parte trata das transformações por que passou a economia brasileira, sobretudo o Nordeste, de fins do século XVIII até meados do século XIX. Na parte final, enfocamos o quadro econômico da província do Rio Grande do Norte nos anos de 1850 e 1860, mostrando a interação entre o aumento na sua produção agrícola e o desenvolvimento comercial.

2 MUDANÇAS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A EUROPA À PARTIR DE 1808.

Parte integrante na composição do império colonial português, o Brasil, enquanto colônia, teria de se inserir no quadro das determinações políticas, econômicas, sociais e culturais metropolitanas. Sendo assim, o sistema colonial imposto pela metrópole, definiu a organização da vida econômica e social da América portuguesa nos três primeiros séculos de sua história.¹

Sob os desígnios da metrópole, a colônia passou então a ser um instrumento de exploração para atender aos interesses da política-colonial portuguesa. Política cuja essência está presente no Pacto Colonial, pelo qual a colônia só poderia comercializar com a metrópole, que tinha, portanto, o domínio exclusivo sobre seu comércio. Segundo Novaes,

O monopólio do comércio das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem a sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido [ou seja, o enriquecimento exclusivo da metrópole].²

O preço de compra dos produtos coloniais era tão pequeno que abaixo desse limite se tornaria antieconômica a produção. Já a revenda desses produtos, realizada pela metrópole, gerava para esta uma enorme margem de lucro. Além disso, pelo Pacto Colonial, a colônia não podia produzir mercadorias que competissem com as da metrópole, tendo então que consumir a preços altíssimos os manufaturados vindos da metrópole.³

Com essa função histórica, que foi o enriquecimento exclusivo da metrópole, a colonização agrícola da América portuguesa foi iniciada.

Sua organização girou em torno da exportação, da monocultura, do latifúndio e do trabalho escravo ou semi-escravo. Esta organização que buscava atender às necessidades do mercado europeu, restringiu o crescimento do mercado interno⁴. Por um lado, a economia estava estruturada “para fora” e o latifúndio era voltado exclusivamente para

¹ NOVAES, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: Linhares, Maria Ieda (Org.). *História geral do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 217.

² *Ibid.*, p. 51.

³ NOVAES, F. A. *Op.cit.* p. 51-52.

⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.196.

produção agrícola, produzindo quase tudo de que necessitava para sua subsistência. A isto veio juntar-se a proibição da produção de manufaturados pela colônia, sendo a necessidade de manufaturados suprida através da importação. Por outro lado, o uso da mão-de-obra escrava não gerava consumidores de mercadorias ativas; o que é imprescindível para a realização da atividade comercial. Diante desta realidade econômica e da pouca sociabilidade entre as pessoas, restrita ao núcleo familiar no interior das grandes propriedades rurais, era incipiente o mercado interno na colônia. Sendo assim,

O comércio colonial, embora ativo, seria essencialmente comércio de importação em conexão com um mercado distante para onde fluía boa parte dos capitais. A economia de exportação, tal como fora estruturada, não dinamizava o comércio interno, restringindo pelo contrário, suas possibilidades de expansão. Os grandes comerciantes tinham suas sedes na Europa, onde viviam, limitando-se no mais das vezes, a enviar para a colônia os seus agentes.⁵

No século XVIII, com a descoberta e exploração do ouro, houve um aumento do comércio interno, estimulado pelo crescimento do mercado em algumas áreas, mais especificamente em áreas centrais e periféricas à mineração. Pois, enquanto as áreas centrais – Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais –, especializaram-se na mineração, as outras – como São Paulo e Rio Grande – voltaram-se para a produção de gêneros de primeira necessidade destinados ao mercado das áreas mineradoras.

Segundo Cardoso,

O abastecimento das minas procurava fluxos de boiadas e muitas vezes de escravos do nordeste – Piauí, Pernambuco, Bahia [...] – para Minas Gerais; de mulas e gado bovino do sul, – São Paulo, Paraná [...], Rio Grande – para a mesma região; de mercadorias européias e escravos do Rio de Janeiro para os núcleos mineradores do interior.⁶

Este aumento do comércio interno, no entanto, foi limitado a algumas regiões, e temporário. Passado o auge da mineração, as antigas áreas mineradoras voltaram suas economias para a produção agrícola ou criadora de gado.⁷

⁵COSTA, Emília V. da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*, p. 107.

⁶CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A crise do colonialismo luso na América portuguesa: 1750-1822*. In: Linhares, Maria Ieda (Org). *História geral do Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro : Campus, 1990, p.90.

⁷PINTO, Virgílio Noya. *Balanço das transformações econômicas no século XIX*. In: *Brasil em perspectiva*. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995, p.128.

A organização econômica colonial foi responsável pelo tipo de urbanização no período, ou seja, uma sociedade essencialmente agrária cujos núcleos populacionais mais importantes eram cidades portuárias ou próximas aos portos de exportação de mercadorias. Este tipo de urbanização e esta estrutura econômica mantiveram-se durante o século XIX.

Entretanto, importantes mudanças ocorreriam no Brasil a partir da Abertura dos Portos, em 1808, que decretou o fim do sistema colonial.

No início do século XIX, acirrou-se a secular disputa hegemônica entre França e Inglaterra. A Inglaterra buscava afirmação como potência industrial e a França queria hegemonia política na Europa. Foi neste contexto de guerra que a França decretou em 1806, o Bloqueio Continental à Inglaterra, pelo qual as nações européias ficaram proibidas de comercializar com esse país e não permitir a presença de navios ingleses em seus portos.

Tradicionalmente dependente do capital e do comércio inglês, Portugal não podia bloquear seus portos aos navios da Inglaterra: o comércio inglês absorvia a maior parte da produção da colônia portuguesa. Por outro lado, se desobedecesse às determinações da França, teria seu território invadido por tropas francesas. Diante disto, a Corte portuguesa foi transferida para o Brasil e foi decretada a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, incluindo-se a Inglaterra, que continuava tendo primazia nesse comércio, conservado com a assinatura de tratados que a beneficiavam.⁸

O papel impositivo desempenhado pela Inglaterra no ato de abertura dos portos brasileiros às nações amigas, foi de fundamental importância. Buscavam compensar a perda de Portugal – ocupado por tropas francesas e impedido de comercializar com a Inglaterra devido ao Bloqueio Continental – com a conquista da colônia portuguesa.

Segundo Prado Júnior:

[...], as circunstâncias favoreceram e facilitaram este plano. Não precisará [...] de exércitos e de intervenções armadas, pois o soberano português [...] entendeu mais conveniente aceitar o oferecimento inglês e embarcar sob proteção britânica para o Brasil. Conservava com isto sua coroa e título, mas terá cedido ao aliado inglês a sua independência e

⁸ PINTO, V.N. *Balanço das transformações econômicas no século XIX*, p.130.

liberdade de ação. A monarquia portuguesa não será daí por diante mais que um joguete nas mãos da Inglaterra [...].⁹

“Perde Portugal”, ganha o Brasil que, a partir de então, poderia comercializar diretamente com outras nações iniciando assim, sua participação nas correntes do comércio internacional, o que se consolidou na segunda metade do século XIX.

O fim do monopólio português, propiciou uma grande expansão comercial que adentrou pelo Segundo Império. O comércio, até então, encontrava-se em sua maioria nas mãos de comerciantes portugueses e ingleses, estes em menor proporção. Foi somente durante o Segundo Império que aproximadamente a metade deste comércio passou para a mão de brasileiros, num lento processo de nacionalização. O desenvolvimento da lavoura cafeeira iria contribuir muito para essa nacionalização do comércio nos portos de Santos e Rio de Janeiro, por onde saía a produção.¹⁰

Segundo Sodré,

A história do comércio brasileiro se pode traçar dividindo-a em três etapas decisivas: a lusitana, a inglesa e a americana. A primeira, que domina os tempos coloniais e o reino. A segunda, que abrange o império, até 1870. A terceira, que começa em 70 e vem ao nosso tempo. Cada uma delas caracterizada pela preponderância das trocas com Portugal, com a Inglaterra e com os Estados Unidos [...].¹¹

A fase de preponderância comercial inglesa no Brasil foi mantida e até incentivada após a abertura dos portos brasileiros em 1808, através da assinatura de tratados entre Portugal e Inglaterra, que concederam muitos privilégios comerciais à Inglaterra. Esses privilégios tornaram a entrada de mercadoria inglesas mais fácil do que as da própria metrópole.

Os principais tratados foram os de 1810¹², que estabeleciam entre outras coisas: o direito aos súditos dos dois países de comercializar ou mesmo residir em território um do outro, o que explicaria a rápida instalação de comerciantes ingleses no Brasil e sua primazia comercial; a criação de tarifas alfandegárias que privilegiavam a Inglaterra, pois suas

⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 42 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 128.

¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1988, p. 197.

¹¹ *Ibid.*, p. 198.

¹² Em 1810 foram assinados dois tratados entre Portugal e Inglaterra, o Tratado de Comércio e Navegação e o de Aliança e Amizade.

mercadorias pagariam apenas 15% de taxas *ad valorem* nas alfândegas brasileiras, enquanto as mercadorias portuguesas pagariam 16% e ³ dos demais países 24%. Essas taxas permaneceriam até 1816, quando foram igualadas as tarifas portuguesas e inglesas.

Segundo Prado Júnior,

[...] mesmo nestas condições de igualdade, Portugal não poderá lutar, com seus poucos recursos, contra o admirável aparelhamento comercial da Inglaterra, amparada por uma indústria nacional sem paralelo no mundo e uma marinha mercante sem concorrentes. O comércio e a navegação portugueses serão praticamente excluídos do Brasil.¹³

Era o domínio inglês do comércio brasileiro. À Inglaterra viria juntar-se a França em 1826, passando a pagar o mesmo valor em tarifas alfandegárias. Em 1828, foi fixado em 15%, para todas as nações, os direitos sobre a entrada no Brasil de mercadorias importadas. Entretanto, como o domínio do comércio externo brasileiro já pertencia à Inglaterra, isto praticamente não afetou a primazia inglesa.

Em 1844, ocorreu uma mudança tarifária, conhecida como reforma Alves Branco, que veio alterar consideravelmente o quadro pré-existente. Esta reforma objetivava um crescimento das rendas públicas que se apresentavam em baixa. A maior parte da arrecadação pública provinha dos tributos alfandegários que, no entanto, eram extremamente baixos, visto que o valor das importações superava em muito o das exportações. Praticamente todos os produtos industrializados consumidos no Brasil vinham do exterior. A produção nacional não se desenvolvia, sufocada pela concorrência estrangeira.

Visando resolver o problema do *déficit* público que era quase que constante, foi decretada a reforma Alves Branco. Esta estabelecia que cerca de três mil artigos importados passariam a pagar taxas que variavam de 20 a 60%. A maioria foi taxada em 30%, fixando-se as tarifas mais altas, entre 40% e 60%, para as mercadorias estrangeiras que já poderiam ser produzidas no Brasil. Para as mercadorias muito usadas na época, necessárias ao consumo interno, foram estabelecidas taxas de 20%.¹⁴

Mesmo não sendo o seu objetivo principal – constituído pelo fim do *déficit* público –, a reforma Alves Branco estimulou o desenvolvimento da indústria nacional. Tornando

¹³ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, p.129.

¹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*, p. 199-200.



os produtos importados mais caros, estimulou sua produção no país. Assim, embora não tivesse sido criada com fins protecionistas, terminou por incentivar a produção nacional.

Enquanto no Brasil as atividades industriais recebiam seus primeiros estímulos, em muitos países europeus esta já apresentava grande crescimento, principalmente na Inglaterra.

Segundo Furtado,

Durante a primeira metade do século XIX a Revolução Industrial se apresentou como um fenômeno essencialmente inglês, razão pela qual é na própria evolução estrutural da economia inglesa que se encontram as explicações das transformações que, durante essa época, ocorreram no conjunto da economia mundial [...] estava no interesse desse país transformar-se em uma grande fábrica e abrir as portas a produtos primários provenientes de todo mundo.¹⁵

A idéia da Inglaterra era ampliar cada vez mais seus mercados, tanto para o consumo de seus produtos industrializados como para o fornecimento de matérias-primas para sua indústria, o que era vital para o seu contínuo desenvolvimento.

A Inglaterra entre 1846 e 1849 “eliminou as barreiras ao comércio exterior, sem esperar reciprocidade dos demais países”. Consolidando as idéias de livre-cambismo, tornou-se o centro de um sistema de Divisão Internacional do Trabalho, a nível mundial.¹⁶

Esse sistema implicava numa desigualdade, na medida em que não eram todos igualmente beneficiados com este progresso, “alguns poucos se industrializando e outros muitos, como era o caso do Brasil e de outras ex-colônias, permanecendo com suas economias de base agrária”.¹⁷

Foi neste contexto de grande expansão do mercado mundial, que o Brasil passou a integrar as correntes do comércio internacional, como exportador de matérias-primas para a indústria e consumidor de produtos industrializados.

A expansão do capitalismo europeu teve assim como propulsora a Inglaterra, seguida pela França. Várias medidas que buscaram incrementar as relações comerciais entre os diversos países participantes deste comércio receberam estímulos, houve um grande desenvolvimento dos transportes, dos sistemas de crédito, das comunicações.

¹⁵ FURTADO, Celso. *A economia latino americana : formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Nacional, 1976, p. 49.

¹⁶ FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*. São Paulo: Lia, 1969, p. 56.

¹⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFERN, 1973, p. 130.

No Brasil, as iniciativas nesse sentido partiram principalmente do capital inglês, colaborando o Estado brasileiro com medidas que favoreciam comercialmente a Inglaterra. As rendas públicas nacionais constantemente se encontravam em *déficit* – como já foi citado anteriormente – e, portanto, não eram suficientes para realizar as mudanças de infraestrutura necessárias. Os investimentos de capital estrangeiro ampliavam a economia do país, ao originar um crescimento do comércio internacional brasileiro. Visando o estímulo cada vez maior a esse comércio, foram incentivados melhoramentos dos portos, companhias de navegação, ferrovias, companhias de seguro, bancos, etc.

Segundo Prado Júnior, no sistema de transporte, principalmente,

[o] Brasil realizava um grande avanço [...] e apesar de suas deficiências (como em particular a desconexão das linhas e falta de um plano geral e de conjunto), terá lançado as bases de todo o seu desenvolvimento futuro. Em termos relativos, o progresso no período [...] será acelerado mais que em qualquer outro momento posterior [...].¹⁸

Fato importante ocorrido em 1850, e que veio a influenciar de maneira positiva o desenvolvimento econômico do país neste período, foi o fim do tráfico negreiro que após muitas medidas dilatórias, ficava definitivamente proibido.

A extinção do tráfico era exigida pela Inglaterra desde os tratados de 1810, quando a coroa portuguesa onde vagamente se comprometeu a extinguir o tráfico. Pelo tratado de 1815, assinado em Viena, estabeleceu-se a proibição do tráfico ao norte do Equador, o que atingiu importantes centros fornecedores de escravos para o Brasil. Em 1817, acrescentou-se mais uma cláusula ao tratado assinado em Viena, que fixava o direito de visita em alto mar a navios suspeitos de tráfico ilegal. Após 1822, a Inglaterra exigiu o fim do tráfico negreiro para o reconhecimento da Independência do Brasil. Assim, em tratado assinado em 1826, o Brasil se comprometeu a acabar inteiramente com o tráfico num prazo de três anos. Finalmente, em 7 de novembro de 1831, uma lei formalizou a proibição do tráfico negreiro, mas permaneceu letra morta por parte das autoridades brasileiras. O não cumprimento dos compromissos assumidos através de vários tratados fez a Inglaterra tomar uma atitude extrema. Em 1845, o Parlamento inglês aprovou uma lei – denominada *Bill Aberdeen* – que declarou legal o apresamento de qualquer navio negreiro. A repressão ao tráfico foi assim intensificada e os navios ingleses chegaram a apreender navios, mesmo em águas territoriais brasileiras. Enfim, em 1850, o governo brasileiro cedeu ante as

¹⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, p. 197.

exigências inglesas e promulgou a lei Eusébio de Queirós, que pôs fim ao tráfico negreiro.¹⁹

O fim do tráfico, e conseqüentemente da escravidão, era de grande importância para o sistema capitalista europeu na medida que aumentava o mercado consumidor. A extinção do tráfico permitiu a utilização do capital nele aplicado em outras atividades econômicas, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país no período.

Mesmo com o grande desenvolvimento alcançado desde a abertura dos portos em 1808, o comércio externo brasileiro ainda encontrava muitos entraves para o seu crescimento. Um desses entraves era o fato de que nem todos os portos brasileiros estavam abertos ao livre trânsito de navios de todas as nacionalidades; somente os que possuíam alfândegas ou mesas de rendas habilitadas a cobrar os tributos de entradas e de saída de mercadorias. Sendo assim, haviam na realidade apenas dezenove portos abertos ao comércio estrangeiro. Já para os navios de bandeira nacional estavam abertos todos os portos do Império.²⁰

Esta restrição ao comércio externo buscava, na sua essência,

[...] a proteção à navegação nacional de cabotagem que, de porto a porto, livre em suas relações de carga, descarga, despacho e trânsito, circulava em toda a parte, vedada aos navios estrangeiros, freqüentava todos os portos que lhes eram proibidos, recebia e transportava todas as mercadorias que se lhes negava [...] e fazia as vezes dessa marinha mercante de bandeira estrangeira.²¹

O Brasil não possuía marinha mercante de longo curso. Para competir com os navios de longo curso de origem estrangeira, buscou restringir o seu campo de ação no país. Visava com isso incentivar a navegação costeira brasileira. No entanto, a restrição ao comércio externo trouxe mais prejuízos do que benefícios para o país, pois a navegação de cabotagem era realizada em péssimas condições, os navios eram velhos, não ofereciam grande segurança, não havia regularidade na freqüência dos navios, e mais, não havia horizontes para uma melhora. O governo não fazia mais pelo seu desenvolvimento do que fazer-lhe concessões, que prejudicavam o comércio brasileiro.

O comércio externo brasileiro, portanto, passou por muitas mudanças desde a abertura dos portos em 1808, mudanças essas que implicariam na forte presença do capital

¹⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, p. 145-153.

²⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*, p. 228-230.

²¹ *Ibid.* p. 231.

estrangeiro, na economia do país. Inicialmente através das casas comerciais estrangeiras e depois, com o grande crescimento do capitalismo europeu, passou a investir na infraestrutura necessária para o escoamento das mercadorias. As obras foram realizadas especialmente, no sistema de transporte brasileiro - ferrovias, portos e companhias de navegação-, sobretudo nas regiões sudeste e nordeste do país.²²

²² MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 131.

3 A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE, ENTRE FINS DO SÉCULO XVIII E A DÉCADA DE 1870.

A implantação da indústria açucareira no Brasil foi determinada por alguns fatores, dentre eles, o fato de já ser praticada pelos portugueses desde o século XV, nas ilhas Atlânticas. Isto os fez desenvolver o conhecimento sobre a produção do açúcar e dos instrumentos utilizados em seu fabrico. Além disso, já no início do século XVI, o açúcar era uma mercadoria geradora de grandes lucros nos mercados europeus.

Outro fator determinante foi a existência de solo e clima adequados ao cultivo da cana-de-açúcar, nas áreas litorâneas, da região que viria a denominar-se Nordeste, e que se tornou a principal área de produção açucareira da América portuguesa. Essa produção iniciou-se na Bahia e em Pernambuco - sendo estes os maiores produtores - de onde se espalhou por diversas partes do Nordeste.

O aumento no número de engenhos foi constante. Como afirma Andrade,

[...] se eram em 5 em 1550, somavam trinta em 1540, sessenta e seis em 1584, e cento e quarenta e quatro por ocasião da conquista holandesa em Pernambuco [em 1630], havendo ainda, dezenove na capitania da Paraíba e dois na do Rio Grande do Norte, totalizando, assim, no Nordeste, 166 engenhos.²³

Além do açúcar, extraía-se da cana também a aguardente, subproduto muito consumido na colônia e exportado para as costas africanas, servindo como produto de troca na aquisição de escravos. Havia destilarias de aguardente anexas aos grandes engenhos e também existiam estabelecimentos voltados exclusivamente para sua produção, chamados engenhocas ou molinetes.²⁴

Segundo Prado Júnior,

²³ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p. 55-56.

²⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, p. 38.

Durante mais de século e meio a produção do açúcar, [...] representara praticamente a única base em que assenta a economia brasileira. Aliás sua importância, mesmo internacional é considerável. Até meados do século XVII o Brasil será o maior produtor mundial de açúcar, e é somente então que começaram a aparecer concorrentes sérios: as colônias da América Central e Antilhas.²⁵

Esta situação favorável ao açúcar brasileiro fez do chamado Nordeste açucareiro uma das regiões mais ricas e prósperas da colônia até meados do século XVII. Mas a maior parte da riqueza aí gerada ficava nas mãos dos comerciantes europeus.

Paralelamente à empresa açucareira colonial, desenvolveu-se na colônia uma lavoura de subsistência, voltada para atender às necessidades básicas de sua população. Esse setor de subsistência foi praticado nos mesmos domínios do cultivo principal, entremeando-o, ou em terras destinadas a esse fim. Os principais produtos dessa lavoura eram os tubérculos, como a mandioca, o milho e o arroz, além de algumas frutas e verduras.²⁶

Ao lado da monocultura da cana-de-açúcar, surgiram outras atividades econômicas que lhe eram secundárias, isto é, que lhe complementavam como o cultivo do tabaco, o do algodão e a pecuária.

O cultivo do tabaco, produto com boa aceitação nos mercados europeus, era praticado na colônia desde o início do século XVII, sendo que em pequena proporção. A expansão de sua cultura deveu-se especialmente ao fato de que, juntamente com a aguardente, consistiu em importante produto na aquisição de escravos na África. No período colonial, o tabaco desenvolveu-se em algumas áreas do nordeste brasileiro, especialmente na Bahia, e também em Sergipe e Alagoas. Sua produção desenvolveu-se com êxito durante todo o período colonial, só “em princípios do século XIX [quando] começam a se estabelecer restrições ao tráfico, a produção entrará paralelamente em crise”.²⁷

Nativo do Nordeste, o algodão, durante grande parte do período colonial, foi usado na fabricação de roupas para a população mais pobre e para os escravos. Até fins do século XVIII era ocasionalmente exportado, sempre em pequenos volumes. O algodão, pela simplicidade de

²⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, p.38-39.

²⁶ *Ibid.* p. 41-43.

²⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *Op.cit.* p.39-40.

seu cultivo e por exigir poucos recursos, espalhou-se por todo o nordeste brasileiro. Conforme Andrade,

A sua cultura, que se iniciara na região úmida, logo se propagou para o Agreste e o Sertão como que repelida pela cana, e pelo clima. Mas se nas épocas de baixa do preço o algodão recuava para o Agreste, deixando a Mata livre para a cana, quando subia o preço ou quando havia crise na indústria açucareira, a cultura do algodão avançava pelo litoral.²⁸

A pecuária foi introduzida no Brasil em meados do século XVI e desenvolveu-se primeiramente em Pernambuco e na Bahia, grandes centros açucareiros, de onde expandiu-se para as áreas interioranas do Nordeste. Rapidamente se espalhou pelo sertão nordestino, devido o crescente consumo de seus produtos pelas áreas açucareiras e pelos centros urbanos onde o povoamento florescia.²⁹ Além disto, não exigia muito capital para o seu desenvolvimento, pois não necessitava de mão-de-obra abundante nem de equipamentos caros, mas sim de grandes extensões de terra.

A pecuária foi responsável pelo povoamento do sertão nordestino da Bahia ao Maranhão, sendo um importante instrumento de expansão e colonização do interior do Brasil. Com ela surgiram muitas feiras que originaram grandes centros urbanos, como Feira de Santana, na Bahia.

No século XVIII, com o desenvolvimento da mineração, a pecuária nordestina teve um novo incentivo econômico, uma vez que a necessidade de abastecimento das áreas mineradoras - Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais - fez crescer o preço da carne de vaca e dos animais de transporte, estimulando a expansão do criatório.

Mesmo tendo sido um incentivo à pecuária nordestina, o desenvolvimento da mineração provocou outras mudanças em nada favoráveis ao Nordeste. Conforme afirma, Prado Júnior,

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes

²⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*, p. 86.

²⁹ *Ibid.* p. 70.

centros açucareiros do Nordeste [...]. A própria capital da colônia transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro.³⁰

Em fins do século XVIII com o esgotamento das minas, ocorreu uma reorientação da economia brasileira, que voltou a ter na agricultura sua base de sustentação. Esse retorno à agricultura não ocorreu apenas na região mineradora, mas também em outras regiões de antiga tradição agrícola, como o Nordeste açucareiro.³¹

O “renascimento” da agricultura foi impulsionado, sobretudo, pela situação favorável a determinados produtos, como o açúcar, no mercado europeu. Conforme Pinto,

Tendo permanecido em estado letárgico durante a maior parte do século XVIII, o açúcar sofrera nos fins daquele século revalorização no mercado internacional, graças às lutas coloniais em torno da Revolução Francesa, nas Antilhas, com a desarticulação de regiões produtoras, exemplificada pelo colapso da produção açucareira em 1792. Além da reabertura de mercados cujos pactos coloniais dificultavam a penetração do açúcar brasileiro, o grande incentivo foi a alta de preços, [...] do açúcar brasileiro na Bolsa de Amsterdã.³²

Assim, as antigas regiões produtoras de açúcar no Nordeste receberam novo ânimo e retomaram a prosperidade do início do período colonial. Neste período, os melhoramentos na indústria açucareira foram mínimos, pois continuou o predomínio dos engenhos movidos à tração animal, cuja produtividade era bem menor que os chamados engenhos d'água.

Mas, já no século XIX, esta indústria passou por grandes mudanças. Os engenhos, especialmente os localizados nos grandes centros produtores como Recife e Salvador, receberam muitos melhoramentos, que objetivavam aumentar a produção e melhorar a qualidade do açúcar, para que pudesse competir com o produto europeu e o antilhano, nos mercados internacionais. Primeiramente, houve a generalização do uso do arado e a introdução

³⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, p.70.

³¹ PINTO, Virgílio Noya. *Balanço das transformações econômicas no século XIX*, p.128.

³² *Ibid.*



de novas variedades de cana e, depois, os engenhos movidos a tração animal foram sendo aos poucos substituídos pelos engenhos a vapor.³³ No entanto, nas palavras de Andrade,

[...] estes melhoramentos eram feitos inicialmente nas áreas em que as condições de clima, solo e relevo eram mais favoráveis à cultura canavieira e, só posteriormente, é que atingiam as áreas periféricas. Assim, os engenhos a vapor só surgiram no vale do Ceará –Mirim depois de 1865, nos vales açucareiros da Paraíba nas últimas décadas do século passado, enquanto Alagoas, com condições mais favoráveis que os Estados mais setentrionais, possuía 2 engenhos a vapor já em 1851 e 5 em 1852.³⁴

Os melhoramentos implantados na indústria açucareira fizeram crescer a produção e tornaram o açúcar brasileiro mais competitivo no mercado mundial. Isto, somado ao alto preço do produto no mercado internacional, em meados do século XIX, fez o nordeste brasileiro, novamente, reviver os tempos áureos de sua economia.

Ainda em fins do século XVIII no processo de “renascimento da agricultura”, apareceram outras culturas voltadas para exportação, como o arroz e o algodão.³⁵

A rizicultura foi implantada, em menor escala, no Pará e, em maior, no Maranhão, que se tornou o grande produtor brasileiro. O crescimento de seu cultivo encontrou brecha nos mercados mundiais devido ao recuo da produção dos Estados Unidos, envolvido em sua Guerra de Independência. O arroz tornou-se o segundo produto na pauta de exportações do Maranhão, atrás apenas do algodão.³⁶

A cotonicultura também se expandiu, devido às condições favoráveis do mercado internacional em fins do século XVIII. O crescimento da produção deveu-se ao grande desenvolvimento da indústria têxtil inglesa em fins daquele século e também à Guerra de Independência dos Estados Unidos, ocorrida entre os anos de 1776 e 1783, paralisando a produção do país, que era o maior fornecedor de algodão para as fábricas inglesas. O nordeste

³³ ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*, p. 80-82.

³⁴ *Ibid.*, p. 82.

³⁵ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1984, p. 83.

³⁶ PINTO, Virgílio Noya. *Balanço das transformações econômicas no século XIX*, p. 133.

brasileiro tornou-se, então, um dos grandes fornecedores de algodão para a Inglaterra, especialmente o Maranhão, nesse primeiro grande surto exportador.

A partir do início século do XIX, com a retomada da produção norte-americana, a produção nordestina voltou a sofrer com a concorrência dos Estados Unidos. Mesmo perdendo a posição de destaque anteriormente alcançada, a cultura do algodão continuou se desenvolvendo pelo Nordeste, pois,

Ao contrário do açúcar, [a lavoura do algodão] quase nada exige além da cultura propriamente; seu benefício se limita à separação do caroço e ao enfardamento, operações simples que não exigem senão instalações sumárias. E mesmo para isto, realizar-se-á uma certa separação entre a cultura e o beneficiamento, forrando-se assim o lavrador do ônus e das dificuldades do preparo do seu produto, o que era em regra feito por comerciantes que adquiriam a mercadoria em bruto.³⁷

Além disso, no século XIX foram realizados estudos que permitiram um maior aproveitamento do algodão - com a utilização do óleo retirado de sua semente - e houve a introdução de uma nova variedade de algodão - o herbáceo - que teve boa adaptação em várias áreas da região nordeste. Assim, nos anos de 1860, quando sua produção voltou a crescer, impulsionada novamente por guerras ocorridas nos Estados Unidos, desta vez a Guerra de Secessão, que durou de 1860 a 1865, a produção algodoeira no Brasil estava alicerçada em uma base sólida.³⁸

Assim, a região Nordeste tornou-se uma das maiores exportadoras de algodão para as fábricas inglesas no período da Guerra de Secessão americana. Nas palavras de Takeya,

Para a região nordeste, isso significou uma diversificação de sua economia, na medida em que, pela primeira vez surgiu a possibilidade de exportação de um produto agrícola que não fosse o açúcar. Mas, mais do que isso, por suas peculiaridades de cultivo e beneficiamento, o algodão possibilitou o surgimento da pequena propriedade (sob diferentes formas de arrendamento), a utilização de mão-de-obra livre e a expansão da agricultura de subsistência. Além disso, promoveu a urbanização em áreas interioranas, uma vez que os beneficiadores eram, em geral comerciantes que se

³⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *Historia econômica do Brasil*, p.63.

³⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*, p. 134.

estabeleciam nos núcleos populacionais com suas máquinas beneficiadoras.³⁹

Terminada a Guerra de Secessão, normalizaram-se as exportações do Estados Unidos. O fim da guerra, assim, afetou as exportações nordestinas, que voltaram a cair, especialmente a partir de 1872, com a grande queda dos preços do algodão nos mercados mundiais.

Quanto à produção açucareira do Nordeste, o mercado internacional permaneceu favorável ao açúcar brasileiro até o crescimento da produção antilhana e o aparecimento do açúcar de beterraba, produzido pelos países europeus e pelos Estados Unidos, que até então eram os maiores consumidores do açúcar brasileiro. O desenvolvimento das técnicas de produção do açúcar de beterraba no decorrer da segunda metade do século XIX prejudicou o Nordeste, especialmente Pernambuco, e fez com que o país perdesse espaço nos mercados europeus. Já em 1882, esse produto dominava cerca de 50% do mercado europeu.⁴⁰ O açúcar brasileiro, mesmo com a introdução de nova tecnologia nos engenhos, não acompanhou a concorrência crescente da produção cubana, que utilizava em seu fabrico técnicas mais modernas. Isto ocorreu devido à lentidão com que evoluíam os melhoramentos na indústria nacional, tornando-os rapidamente ultrapassados.

O arroz sofreu a concorrência do produto dos Estados Unidos, que retomou sua posição de grande produtor mundial, perdida desde fins do século XVIII.⁴¹

O Nordeste, então, voltou a enfrentar mais um período de retração econômica, causada pela baixa dos preços de seus principais produtos de exportação, no mercado internacional.

Já a região sudeste do país, no século XIX, tendo encontrado um substituto adequado para suas lavouras tradicionais, passava por um período de expansão econômica, com a prosperidade da sua lavoura cafeeira.

O café foi introduzido no país em 1727, mas durante todo o século XVIII teve insignificante importância comercial, pois era produzido basicamente para uso doméstico.

³⁹ TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: EDUFRRN, 1995, p. 95.

⁴⁰ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1997, p.93.

⁴¹ PINTO, Virgílio Noya. *Balanco das transformações econômicas no século XIX*, p.133.

Somente no início do século XIX o café ganhou importância comercial e passou a ser cultivado para a exportação.⁴²

Embora tenha tido seu cultivo iniciado na região Norte do Brasil, foi no Sul que encontrou as condições ideais de solo e temperatura somados a chuvas regulares. Esta cultura foi estabelecida, primeiramente, no Vale do Paraíba e, a partir da década de 1870, no oeste da província de São Paulo. Foi nesta última área que o café alcançou seu mais alto nível de produtividade, devido a vários fatores, especialmente a superior fertilidade dos solos de terra roxa aí existente.⁴³

Assim, no início do século XIX, devido ao aumento do consumo e do seu preço nos mercados internacionais, o café passou a ser um importante produto na pauta das exportações brasileiras, tornando-se o principal gênero agrícola no comércio exterior do Brasil. Este aumento nas exportações brasileiras de café, no decorrer do século XIX, pode ser observado no quadro a seguir.

Decênios	Exportação em sacas de 60 kilos
1821-30	3178
1831-40	10430
1841-50	18367
1851-60	27339
1861-70	29103
1871-80	32509
1881-90	51631

Quadro 1- Exportação brasileira de café

Fonte: PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, p.160.

O crescente desenvolvimento da lavoura cafeeira, ao aumentar as rendas do país, equilibrou o pagamento de suas dívidas e possibilitou a contratação, pelo Governo Imperial,

⁴² PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, p.159.

⁴³ *Ibid.* p.161-165.

de novos empréstimos ao capital estrangeiro, para serem investidos na construção de estradas e outras obras públicas, objetivando o aumento das relações econômicas com o mercado internacional. Segundo Viotti,

O aperfeiçoamento do sistema de transportes (substituição do transporte em lombo de burro e carro de boi pelas ferrovias, a generalização do uso do navio a vapor, na segunda metade do século XIX) coincide com a demanda crescente de café pelo mercado internacional [...].⁴⁴

A expansão cafeeira coincidiu com o crescimento do capitalismo industrial europeu que, ao avançar, necessitava cada vez mais de mercados para escoar seus produtos e fornecer matérias-primas. Assim, esse crescimento implicou em medidas, como investimentos em vias e meios de transporte, energia e comunicações, que favoreciam o comércio internacional em várias partes do mundo.⁴⁵

A maior parte dessas obras, no Brasil, foram financiadas pelo capital inglês, já que o capital nacional não reunia recursos suficientes para sua execução. Sendo assim, o governo brasileiro, buscando consolidar esses investimentos e estimular o desenvolvimento econômico do país, adotou uma série de medidas que beneficiavam economicamente a Inglaterra. Exemplo disso foi a concessão de 7% de juros como garantia na construção de ferrovias. Esses incentivos foram de extrema importância, pois várias províncias brasileiras necessitavam atrair investimentos estrangeiros, essenciais para as onerosas obras no sistema de transportes.

O desenvolvimento das ferrovias foi um incentivo à produção agrícola do país. No nordeste, as ferrovias foram implantadas nas áreas produtoras de açúcar e algodão, especialmente nas províncias de Pernambuco e da Bahia, em detrimento de outras províncias nortistas como o Maranhão, Piauí, Pará e o Amazonas, estes dois últimos grandes produtores de borracha.⁴⁶

Mesmo objetivando incrementar a produção agrícola, a construção das ferrovias no nordeste do país, estando a cargo das companhias inglesas, ocorreu lentamente, ao contrário da

⁴⁴ COSTA, Emilia Viotti da. Op.cit. p.211.

⁴⁵ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. p.130-31

⁴⁶ MELO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871- 1889*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 195.

ferrovia Pedro II, na região sul do país, onde prosperava a lavoura cafeeira. O Governo imperial estava à frente dos trabalhos e destinou numerosos recursos para sua conclusão.

Durante todo o Segundo Império, os deputados e senadores das províncias do “norte” reclamaram contra o que eles consideravam um privilegiamento das províncias do “sul”, quanto aos “melhoramentos materiais”. Assim, “ao ruir o regime monárquico em 1889, não havia província do norte que não tivesse agravos a contabilizar contra o que considerava interesses negligenciados pela política de melhoramentos materiais da Corte do Rio”.⁴⁷

No Nordeste, as ferrovias não foram tão importantes como nas áreas produtoras de café, especialmente São Paulo, pois as tarifas praticadas naquela região eram extremamente caras, uma vez que objetivavam “à remuneração do capital estrangeiro e cobrir os desperdícios verificados na construção e operação das linhas”, o que levou a um predomínio do transporte marítimo sobre o ferroviário.⁴⁸

Em relação aos melhoramentos dos portos, já em 1869 foi instituída a “lei de docas”, que autorizava a realização de obras portuárias por empresas particulares. No entanto, as províncias não confiavam nesses empreendimentos privados e recusaram-se a aceitar a lei, preferindo a atuação do Governo na execução dessas obras provinciais.⁴⁹

Na segunda metade de século XIX, a economia nordestina ainda era organizada como no início do período colonial, estando voltada para a exportação de determinados produtos agrícolas. Sendo dependente dos mercados externos, seus avanços e recuos dependiam dos preços alcançados pelos seus produtos de exportação, naqueles mercados. Assim, a economia nordestina foi caracterizada por momentos de grande crescimento, como em fins do século XVIII e meados do XIX, quando o preço de seus produtos encontrava-se em alta nos mercados, e outros de crise, como nos anos de 1870, com a baixa dos preços de seus produtos de exportação, especialmente do algodão a partir de 1872.

⁴⁷ MELO, Evaldo Cabral. *O Norte agrário e o império*, p.192.

⁴⁸ *Ibid.* p.212.

⁴⁹ MELO, Evaldo Cabral. *Op. cit.* p.235.

4 A EXPANSÃO ECONÔMICA NO RIO GRANDE DO NORTE EM MEADOS DO SÉCULO XIX.

Até meados do século XIX, o Rio Grande do Norte era uma das pequenas províncias do Nordeste sem importância para o comércio exterior brasileiro. Esteve subordinada administrativa e economicamente a de Pernambuco, uma das mais ricas províncias do Nordeste, até 1817. Segundo Monteiro,

Essa dependência significava, entre outras coisas, que o comércio direto, fosse com Lisboa ou com as capitanias vizinhas, era proibido. As mercadorias a serem exportadas eram dirigidas ao porto de Recife, para daí em serem enviadas à Europa, assim como as importadas entravam pelo mesmo porto, para depois serem enviadas ao Rio Grande do Norte. Isso implicava num pagamento dobrado dos impostos de importação e exportação, feito às autoridades portuguesas. Mas, além disso, essa dependência implicava também que todo o dinheiro arrecadado na capitania deveria ser enviado à “Junta da Fazenda” de Pernambuco, órgão da administração metropolitana. Essa Junta decidia então sobre o dinheiro que deveria voltar ao Rio Grande para custear as despesas necessárias à sua manutenção.⁵⁰

Após conseguir sua independência frente a Pernambuco, foi criada, a Alfândega de Natal, em 1820, abrindo o porto da cidade para o comércio com o estrangeiro, principalmente com a Inglaterra. Mas o comércio da província, em meados do século XIX, era muito pouco desenvolvido, dependendo ainda do porto de Recife para o escoamento de grande parte de sua produção.

A província do Rio Grande do Norte teve sua economia baseada na pecuária até 1845; com a seca, ocorrida durante os anos de 1845 a 47, houve uma mudança na base dessa economia. A grande seca, ao dizimar grande parte dos rebanhos, “mostrou a instabilidade da riqueza do gado, e convenceu a muitos da necessidade de formar estabelecimentos agrícolas mais sólidos”.⁵¹ Assim, a província voltou suas atenções para a agricultura, que passou a apresentar um grande desenvolvimento embora a indústria de couros e peles, produtos de grande valor nas as exportações, não tenha sido abandonada.

Segundo Lyra, o Rio Grande do Norte,

⁵⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p.104.

⁵¹ Discurso do Presidente da Província perante a Assembléia Provincial, em 5 de maio de 1849, p.15.

De região quase exclusivamente criadora que era passou a ser também Zona agrícola por excelência; e dentro de poucos anos, o açúcar e o algodão avultavam entre outros gêneros da sua produção agrícola e industrial, aumentando o seu comércio, que entrou em fase de progressivo desenvolvimento.⁵²

Este processo de “revalorização” da agricultura na província, além do fator interno determinante - a seca daqueles anos - foi resultado também de fatores presentes desde fins do século XVIII, decorrentes do processo de industrialização europeu que, ao avançar, necessitava cada vez mais de fornecedores de matérias-primas. O Rio Grande do Norte tornou-se um desses fornecedores, especialmente de açúcar e algodão.

A cultura da cana-de-açúcar, durante o período colonial, não apresentou grande desenvolvimento na província, e o número de engenhos não excedia a três, como afirma Rocha Pombo em sua “História do Rio Grande do Norte”.

No entanto, esta foi a primeira cultura a apresentar um grande crescimento, após a seca de 1845 no Rio Grande do Norte, principalmente nas áreas próximas aos rios Cunhaú e Ceará-Mirim, devido à grande fertilidade dos solos ali existentes. A cultura da cana, até então restrita ao sul da província, expandiu-se então em direção ao norte e implicou na instalação de canaviais e engenhos nesta área.⁵³

O crescimento da área açucareira possibilitou o aumento na produção. Assim, já em 1853, o presidente da província, em discurso à Assembléia Provincial, informava:

O açúcar, que até bem poucos anos era importado de Pernambuco para o consumo ordinário da Província, e se bem que já fosse cultivada a cana, o era em pequena escala, e para o uso de rapaduras, vai-se tornando hoje uma das principais indústrias; o número de engenhos já é bastante considerável, e os seus produtos já excedem às necessidades de consumo provincial e chegam para serem exportados. Apesar do atraso existente no fabrico do açúcar, contudo muita prosperidade promete esta indústria, atenta a fertilidade das terras, em que se cultiva a cana, principalmente as do Ceará-Mirim.⁵⁴

Foi ascendente o crescimento da indústria açucareira do Rio Grande do Norte nos anos de 1850, crescendo consideravelmente o número de engenhos. Em 1845, havia 43 engenhos e 93 engenhocas - pequenos engenhos de madeira voltados especialmente para a

⁵² LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1921, p.233-34.

⁵³ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p.129.

⁵⁴ Discurso do presidente da Província perante a Assembléia Provincial, em 17 de fevereiro de 1853, p. 11.

produção de rapadura e aguardente – e já em 1861, este número chegou a 173 unidades de ferro e apenas 12 engenhocas.⁵⁵

A produção açucareira da província do Rio Grande do Norte passou de 976 arrobas em 1851, para 453.725 em 1856, como podemos observar no quadro a seguir.⁵⁶

Anos	Produção em @ de açúcar	Libras
1851	979	–
1852	14.900	–
1853	48.846	17
1854	100.954	21
1855	144.551	–
1856	453.725	–

Quadro 2- Produção açucareira da Província

Fonte: Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo presidente da Província em 1862, p.11.

Verificamos, assim, o crescimento da produção açucareira estimulada pela demanda do mercado internacional nos anos de 1850, tornando-se o açúcar principal produto na pauta de exportação da província.

Mas, já na década de 1860, o açúcar foi perdendo sua posição de principal produto nas exportações da província, sendo superado pelo algodão em torno de 1865. Isto ocorreu, devido à concorrência do açúcar de beterraba europeu e à procura do algodão, no mercado europeu, devido à Guerra de Secessão dos Estados Unidos. Para Rocha Pombo, “Não houve mais que a substituição de um ramo por outro ramo de lavoura”.⁵⁷

Desde o período colonial, o algodão era conhecido e exportado em pequena quantidade pelo Rio Grande do Norte. Este produto era preferido pelos pequenos proprietários devido aos poucos recursos exigidos em seu cultivo.

O volume de algodão produzido e exportado pela capitania neste período não é conhecido, mas a criação em 1820, da “Casa de Inspeção do Algodão”, órgão destinado ao

⁵⁵ ROCHA POMBO. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1992, p.361.

⁵⁶ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo presidente da Província Pedro Leão Veloso em 1862, p.11.

⁵⁷ ROCHA POMBO. Op.cit. p.363.

controle do produto a ser exportado pela capitania, demonstra já haver no início do século XIX um significativo comércio de algodão no Rio Grande do Norte.⁵⁸

Contudo, a produção só aumentou consideravelmente na década de 1860, devido à Guerra de Secessão dos Estados Unidos ocorrida nos anos de 1861 a 1865, que, ao paralisar as exportações deste país, até então o maior produtor, levou à alta dos preços do algodão, no mercado internacional, o que estimulou sua produção no nordeste brasileiro. Em 1862, o presidente da província, Pedro Velloso, afirmava:

Depois da cana é o algodão o ramo da lavoura de maior importância na província. Cultiva-se em grande e pequena escala em alguns municípios: São José, Mossoró, Macau, Jardim, Angicos, Assu, Goianinha, Ceará-Mirim, Touros e Port'alegre em pequena escala e em São Gonçalo e Pau dos Ferros em grande.⁵⁹

O alto preço alcançado pelo algodão nos mercados internacionais fez a produção da província crescer ano a ano. Nas palavras do presidente da província em 1863, "o alto preço do algodão abriu a sua lavoura época de prosperidade: a safra passada avultou e a deste ano espera-se que será maior".⁶⁰

A produção norte-riograndense, que em 1851 foi de 13.528 arrobas, subiu, chegando a atingir 140.000 arrobas, em 1866.⁶¹

Finda a Guerra de Secessão, o preço do algodão voltou a cair nos mercados internacionais, especialmente após 1872, mas sua produção continuou se desenvolvendo no Rio Grande do Norte.

Além do açúcar, dos couros e do algodão, existiam outros produtos importantes, mas restritos ao comércio interno do país, como o sal e mercadorias derivadas da carnaúba.

O sal sempre foi abundante no Rio Grande do Norte, especialmente em Macau e Mossoró. Em 1808, tendo sido paralisado o carregamento vindo de Portugal, o rei D. João VI determinou que o sal do Rio Grande do Norte abastecesse o Rio de Janeiro, a ilha de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

⁵⁸ MONTEIRO, Denise Mattos. Introdução à história do Rio Grande do Norte, p.102-3.

⁵⁹ Relatório do Presidente de província Pedro Leão Velloso à Assembléia Provincial em 1862, p.11.

⁶⁰ Ibid. p.6.

⁶¹ ROCHA POMBO. *História do Rio Grande do Norte*, p.363.

Mas no século XIX a exportação para o mercado interno enfrentou a concorrência estrangeira, pois o sal importado da Europa era de melhor qualidade e preço, porque as salinas da província eram trabalhadas de forma rudimentar.

Durante os anos de 1850, as salinas apresentaram uma produção regular, com uma ou outra variação, devida a maior ou menor procura no mercado, conforme podemos observar realizada no quadro abaixo.

Anos	Produção em alqueires
1851	40.546
1852	41.011
1853	40.539
1854	71.664
1855	44.213
1856	34.558
1857	48.916
1858	50.083
1859	35.524

Quadro 3 – Produção de sal na província

Fonte: Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo presidente da Província em 1862, p.14.

Segundo Cascudo, em 1860 ocorreu um grande e rápido crescimento dessa produção, chegando a atingir 104:145 alqueires de sal.⁶²

Segundo o presidente da província, Pedro Leão Velloso, em relatório de 1862,

Mais largamente exploradas seriam as nossas salinas, se o seu sal pudesse competir com o estrangeiro; e para as charqueadas, achassem mercado no Rio Grande do Sul; o que é impossível, atentas às despesas do transporte, em razão do monopólio da navegação de cabotagem por navios nacionais.⁵⁷

A carnaúba desde o início do século XIX era usada na fabricação de velas - feitas com a cera retirada de suas folhas - e de esteiras, redes e chapéus-fabricados com suas

⁶² CASCUDO, Luís da Câmara. *História econômica do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Achiamé, 1980, p. 386.

⁵⁷ Relatório do presidente da Província Pedro Leão Velloso à Assembléia Provincial em 1862, p.14.

palhas secas.⁵⁸ Era abundante na província, especialmente nos vales do Assú e Mossoró. Sua exportação não foi maior porque também existia em grandes quantidades em outra província, o Ceará.

Além destes produtos, a província comercializava a carne de sol, o peixe seco, madeiras e queijos.⁵⁹

O grande crescimento na produção de determinadas mercadorias agrícolas, nos anos de 1850 e 1860, foi acompanhado de perto pelo desenvolvimento do comércio na província.

Neste período, muitos comerciantes chegaram ao Rio Grande do Norte, tanto nacionais como estrangeiros, estabelecendo casas comerciais que atuavam nos negócios de exportação - especialmente de açúcar e algodão - e importação de produtos manufaturados da Europa, sobretudo da Inglaterra, seguida da França.⁶⁰

Dentre as casas estrangeiras, a que mais se destacou foi a *Casa Graf*, com matriz na França, de propriedade do suíço Johan Ulrich Graff,, inaugurada por volta de 1865. Trabalhava com a exportação de açúcar, algodão e outros produtos. Inicialmente foi instalada em Natal, depois, devido aos incentivos dados aos comerciantes pelo governo provincial, transferiu-se para Mossoró, deixando uma filial na cidade.

Entre os comerciantes nativos, Fabrício Gomes Pedrosa teve grande destaque, tendo fundado a Casa Comercial de Guarapes, na localidade homônima, em 1859. Esta empresa foi de grande importância para a economia do Rio Grande do Norte devido às suas atividades de importação de produtos manufaturados e exportação, especialmente de açúcar e de algodão.

Mesmo tendo aumentado seu fluxo a partir dos anos de 1850, o comércio da província era prejudicado pela precariedade das suas vias de transporte, tanto as marítimas como as terrestres, tornando muito caro o escoamento das mercadorias.

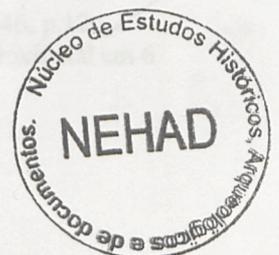
Já em 1866, período ainda de grande movimento comercial, devido às exportações do algodão, o presidente da província, Luiz Barbosa da Silva, em relatório à Assembléia Provincial, afirmava:

[...] se o preço do algodão voltar a seu estado normal de outros tempos, é de recear que a sua cultura seja abandonada em grande parte da

⁵⁸ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p.132.

⁵⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p.387.

⁶⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. Op.cit. p.130.



provincia, onde atualmente se dedicam a ela apesar do excessivo preço dos carretos, porque ainda encontram no preço uma sobra escassa que constitui o lucro ou remuneração do trabalho. É pois evidente que se não melhorarmos o sistema de viação da provincia, se não cuidarmos do melhoramento dos seus portos, dando por eles saída fácil e barata aos gêneros que do interior demandão os grandes mercados, a indústria desaparecerá, o comércio será nenhum e a miséria pública de outras eras, acompanhada da conseqüente penúria dos cofres, nos baterá as portas.⁶¹

Já em Relatório de 1846, o presidente da provincia, Casimiro Sarmiento, ao falar das estradas do Rio Grande do Norte dizia serem elas, “veredas intransitáveis em muitos pontos”.⁶² Sendo assim, as comunicações do interior com os portos ficavam extremamente prejudicadas.

A dificuldade em escoar a produção do interior para Natal fez surgir várias feiras pelo interior da provincia, como as de Macaíba e Utinga, entre outras. Segundo o presidente da provincia, em Relatório de 1861, “As feiras mais próximas da capital concorrem indivíduos que compram gêneros por um preço módico para virem vendê-los ao mercado [da capital] com excesso de lucro”.⁶³

Além da existência de feiras, aquela dificuldade de transporte fez com que muitos agricultores e comerciantes do interior da provincia levassem seus produtos para outros portos que não Natal, como Areia Branca e Macau, além de portos de outras provincias, como o de Aracati e o de Mamanguape, respectivamente localizados no Ceará e na Paraíba.

Até meados do século XIX, Mossoró dependia do porto de Aracati para escoar sua produção e para importar produtos da Europa. O declínio de Aracati com o crescimento de Fortaleza e a abertura do porto de Areia Branca, em 1867, fez de Mossoró, um importante ponto de comércio na provincia. Já Macaíba com o crescimento dos negócios da Casa Comercial de Guarapes nos anos de 1860, tornou-se a intermediária no comércio entre o interior e a capital. Ao porto fluvial de Guarapes chegavam embarcações de várias nacionalidades para comprar açúcar, couros e algodão entre outros produtos, e vender produtos importados.⁶⁴

⁶¹ Relatório do presidente da Provincia José Bento da Cunha Figueiredo Júnior à Assembléa Provincial em primeiro de outubro de 1866, p. 42.

⁶² Discurso do presidente da Provincia perante a Assembléa Provincial, em 23 de março de 1846, p.12.

⁶³ Relatório do presidente da Provincia José Bento da Cunha Figueiredo Júnior à Assembléa Provincial em 6 de abril de 1861, não paginado.

⁶⁴ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. p.134-135

Por isso, as vilas de Mossoró e Macaíba tiveram grande importância para o desenvolvimento do comércio da província no século XIX.

Além de Natal, Macau, Areia Branca e Guarapes, havia ainda outros pequenos portos, como o de Canguaretama, por onde saía grande parte da produção canavieira.

A navegação a vapor chegou ao Rio Grande do Norte no início dos anos de 1850, quando a promulgação de um decreto em 31 de janeiro de 1853 deu exclusividade aos vapores da Companhia Pernambucana para a realização da navegação costeira a vapor entre os portos de Maceió e Fortaleza, desde que seus vapores aportassem nos portos de Natal e Macau e em qualquer outro porto da Província que oferecesse condições de navegabilidade.⁶⁵

A estes portos passaram a chegar embarcações vindas de diferentes partes do Brasil e do mundo. Vinham em busca de algodão, açúcar e couros, entre outros produtos, e objetivavam também a venda de produtos manufaturados como tecidos, ferro, vinhos, objetos de decoração, e outros.

Cresceu bastante o movimento nos portos da província no período em estudo. No porto de Macau, no período de primeiro de fevereiro a 31 de dezembro de 1859, só à procura de sal chegaram 75 embarcações⁶⁶. Já o número da entrada de embarcações no porto da capital, no período de 1854 a 1861, pode ser observado no quadro a seguir.

ANOS	NAVEGACAO DE CABOTAGEM	NAVEGACAO DE LONGO CURSO
1854-1855	9	140
1855-1856	13	130
1856-1857	14	263
1857-1858	15	271
1858-1859	13	265
1859-1860	25	341
1860-1861	16	164

Quadro 4- Movimento da entrada de embarcações no porto de Natal

Fonte: Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo presidente da Província em 1862, p.10.

⁶⁵ Relatório apresentado pelo presidente da Província Antonio Gonçalves à Assembléia Provincial em 1859, p. 22.

⁶⁶ Relatório do presidente da Província João Junqueira à Assembléia Provincial em 1860, p.11.

O crescimento do comércio gerou um significativo aumento nas arrecadações da província, devido aos de direitos de importação e exportação cobrados. Com relação às finanças da Província, o presidente José Meira, em Relatório de 1866, afirmava: “o estado financeiro da província é sumamente agradável”.⁶⁷ O quadro abaixo apresenta os números referentes à receita entre 1860 a 1866.

Anos	Receitas
1860	102:423: 211
1861	159:502: 948
1862	120:470: 347
1863 (primeiro semestre)	118:030: 660
1863 -64	182: 415:617
1864-65	229:518: 506
1865 -66	257:209: 087

Quadro 5 – Receitas da província

Fonte: Relatório do presidente da Província à Assembléia Provincial em 1866, p. 35.

As variações apresentadas foram devidas, especialmente, às alterações ocorridas no preço do algodão nos mercados internacionais.

O crescimento das rendas gerou mais capitais para serem investidos em obras que objetivavam estimular cada vez mais as relações econômicas da província com o mercado internacional. Segundo Monteiro, neste período houve,

[...]a criação da capitania do porto de Natal (1859), os primeiros estudos para o melhoramento do mesmo porto (1860), a abertura de um canal no vale do Ceará-Mirim (1867), a construção de açudes no sertão (1857), a tentativa de criação de um banco rural na província (1860), os incentivos legais para o estabelecimento de comerciantes em Mossoró (1868) e os

⁶⁷ Relatório do presidente da Província José Bento da Cunha Figueiredo Júnior à Assembléia Provincial em primeiro de outubro de 1866, p. 35.

incentivos legais para a construção das primeiras estradas de ferro do Rio Grande do Norte, que não chegaram a ser construídas [...].⁶⁸

Toda essa prosperidade alcançada nas décadas de 1850 e 1860 esteve ligada ao aumento, no mercado internacional, dos preços dos principais produtos da província como o açúcar, os couros e o algodão. Esta prosperidade começa a declinar entre fins dos anos de 1860 e início dos de 1870, devido à queda dos preços dos produtos do Rio Grande do Norte no mercado mundial.

O preço do algodão começou a cair com o fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, em especial a partir de 1872. Mas já em 1866-67, a queda nos preços foi percebida com diminuição na arrecadação da receita da província, como afirma o presidente da Província, em discurso a Assembléia Provincial, em 1868.⁶⁹

Já o açúcar passou a sofrer a concorrência do produto cubano e do açúcar de beterraba, produzido pelos países europeus, perdendo importantes mercados consumidores. A produção de couros, importante indústria do Rio Grande do Norte, passou a enfrentar a concorrência da Argentina e do Uruguai.⁷⁰

Em Relatório de 1870, o presidente de província, falava desta crise ao anunciar que a receita e a despesa orçadas para o exercício de 1871-72 - ao contrário dos anos anteriores que apresentaram saldos positivos - apresentariam um *déficit* de 117:927\$068. O presidente apontava como causa a Guerra Franco - Prussiana, que atingia dois países consumidores dos produtos exportados pela província - a França e a Alemanha. Província, Ele afirmava: “[...] que a receita pode ainda reduzir-se, em consequência do baixo preço dos principais gêneros de exportação [...]”.⁷¹

Devido à baixa nos preços dos gêneros de exportação da província, especialmente o do algodão, a partir de 1872, grande parte dos comerciantes que haviam se estabelecido no Rio Grande do Norte nos anos de 1850-60 fecharam seus estabelecimentos comerciais. O que ocorreu com a “Casa de Guarapes” liquidada no ano de 1872.

Em Relatório de 1871, o presidente da província, Delfino de Albuquerque, descrevia a situação em que se encontrava o Rio Grande do Norte,

⁶⁸ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p.133.

⁶⁹ Relatório apresentado pelo presidente da Província a Assembléia Provincial, em 1868, não paginado.

⁷⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p.149.

⁷¹ Relatório do presidente da Província Silvino da Cunha à Assembléia Provincial, em 5 de outubro de 1870, p. 31-32.

[...] os empregados não percebiam ordenados à 8, 10 e mais meses; as praças de policia, folha dos presos pobres e custeio dos hospitais se achavam em atraso. Não havia com que se pagar até o papel para o expediente das repartições, e nem as vezes dinheiro para a mais pequenina despesa [...].⁷²

Todo esse contexto de crise econômica teve repercussões na sociedade norte-riograndense, com a eclosão de revoltas sociais nos anos de 1870. A revolta de “Quebra Quilos”, por exemplo, ocorrida nos anos de 1874 e 1875. Foi motivada pelo aumento e pela criação de novos de impostos, com o objetivo de suprir a baixa nas rendas provinciais, devido à diminuição na arrecadação dos direitos de importação e exportação dos produtos. A crise foi potencializada com a grande seca ocorrida em 1877 que, entre outras coisas, provocou o êxodo de grande parte da população do Rio Grande do Norte para outras províncias em busca de trabalho.⁷³

Assim a prosperidade dos anos de 1850 e 1860 foi substituída por uma crise econômica e social iniciada nos anos de 1870, resultado de uma economia voltada para o mercado externo e, portanto, sujeita a todas as oscilações desse mercado.

⁷² Relatório do presidente da Província Delfino de Albuquerque à Assembléia Provincial, em 12 de outubro de 1871, p. 7.

⁷³ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p.150-154.

5 Conclusão

A economia do Rio Grande do Norte, durante os anos de 1850-60, estava estruturada para atender às necessidades do mercado externo, estando assim sujeita às flutuações desse mercado.

Sendo assim, podemos afirmar que entre os fatores de ordem externa, o avanço do capitalismo europeu, sobretudo o inglês, e a sua busca por novos mercados, produtores de matérias-primas e consumidores de seus produtos manufaturados, foram fundamentais para o crescimento da produção agrícola e do comércio da província, naqueles anos.

Outro fator, de grande importância para o desenvolvimento da produção – especialmente algodoeira – foi a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-65), que paralisou a produção desse país, prejudicando suas exportações para as fábricas inglesas. Isto fez crescer a cotonicultura do Rio Grande do Norte, que passou a ser um dos importantes fornecedores do mercado internacional.

Este aumento na produção agrícola estimulou o crescimento do comércio da província. Durante os anos de 1850-60 muitos comerciantes, tanto nacionais como estrangeiros, se estabeleceram no Rio Grande do Norte e instalaram suas casas comerciais, que atuavam na área de exportação – sobretudo de algodão, açúcar e couros – e importação de produtos manufaturados.

Buscando incrementar, ainda mais, as relações comerciais norte-riograndenses com os mercados externos, a província passou por uma série de melhoramentos, especialmente realizados em seu sistema de transporte. A maioria das obras foi financiada pelo capital europeu, sobretudo o inglês, interessado em ampliar os mercados consumidores de produtos manufaturados e fornecedores de matérias-primas para suas fábricas. Foram feitos melhoramentos em portos, construídas estradas e estabelecida a primeira linha regular de navegação a vapor, ligando os portos do Rio Grande do Norte aos de outras província. Assim cresceu muito o movimento de embarcações nos portos da província.

Desta forma, o aumento do comércio da província, nos anos de 1850-60, foi conseqüência do aumento na sua produção agrícola, estimulado por fatores externos. O crescimento comercial, num contexto mais amplo, esteve ligado as mudanças ocorridas nas relações comerciais brasileiras, especialmente com o mercado europeu, a partir de 1808.

A expansão comercial no Brasil de meados do século XIX teve seu início em 1808, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio direto com o estrangeiro. Isto significou a inserção do Brasil nas correntes do comércio mundial, como exportador de matérias-primas para a indústria européia e consumidor de produtos manufaturados. O crescimento desse comércio teve um arranque, nas décadas de 1850-60 e perdurou por todo o século XIX. Assim o crescimento comercial do Rio Grande do Norte, pode ser inserido nesse quadro de mudanças das relações comerciais brasileiras.

No entanto, esta fase de crescimento não perdurou no correr dos anos de 1870, pois o mercado internacional deixou de apresentar condições favoráveis aos principais produtos de exportação da província, que apresentaram grande queda nos preços.

Esse processo foi (e é) muito comum em economias voltadas "para fora", pois estão sujeitas a todas as oscilações do mercado externo. Ou seja, o crescimento ou estagnação da economia da província dependia da estabilidade, retração ou expansão dos mercados internacionais.

Assim, a economia do Rio Grande do Norte, como a de todo o Brasil, foi caracterizada por momentos de grande crescimento, como nos anos de 1850-60, quando o mercado internacional encontrava-se favorável aos seus produtos de exportação, e outros de crise, como nos anos de 1870, com a queda dos preços de seus produtos de exportação no mercado mundial.

6 FONTES E BIBLIOGRAFIA

6.1 Fontes

FALAS e relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte: 1849-1859. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-Um Rosado, 2000. Série G.n° 04.(Coleção Mossoroense).

FALAS e relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte: 1860-1873. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-Um Rosado, 2001. Série G.n° 04.(Coleção Mossoroense).

6.2 Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

BERNARDES, Denis. A questão Nordeste: uma breve abordagem histórica .In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DISPARIDADE REGIONAL,1,Recife, *Anais*.Recife: Fórum Nordeste: Sudene, 1982.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1997.

CASCUDO, Luís da Câmara..*História do Rio Grande do Norte*. 2.ed.Natal:Achiamé, 1980.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense,1987.

LINHARES, Maria Ieda (Org.). *História geral do Brasil*. 5.ed. Campus: Rio de Janeiro, 1990.

FURTADO, Celso.*A economia latino americana: formação histórica e problemas contemporâneos*.São Paulo: Nacional, 1976.

_____. *Formação econômica da América Latina*. São Paulo: Lia, 1969.

LYRA, Augusto Tavares. *História do Rio Grande do Norte* . Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1921.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 1973.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 20.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

ROCHA POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 42.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1988.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: EDUFRN, 1995.

Obs: utilizou mas não incluiu na bibliografia → O Brasil nos quadros do Antigo Sistema colonial.

idem a obra de Cypriano Stanca sobre a crise do colonialismo luso na América portuguesa e 1750.
desafios cristão em Inibais

